

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.820 - SP (2019/0353035-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JULIANA PASCUTTI FERREIRA DE OLIVEIRA - SP275887
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVI LUIZ MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DAVI LUIZ MORAES, em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 41):

APELAÇÃO. Tráfico ilícito de drogas. Materialidade e autoria comprovadas. Prova segura. Condenação mantida. Penas bem dosadas e fundamentadas. Impossibilidade de redução da reprimenda com fundamento no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Natureza, variedade e quantidade excessiva de drogas. Regime inicial fechado mantido. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e de concessão do “sursis”. Impossibilidade. Expressa vedação legal. Recurso defensivo desprovido.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso na sanção do art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

Inconformado, a Defesa interpôs o recurso de apelação, ao qual a Corte de origem negou provimento, mantendo, na íntegra, a sentença proferida.

Neste *writ*, a impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal visto que *o montante de entorpecentes não está enquadrado como pressuposto da redução, no art. 33, § 4º. O legislador determinou sua utilização apenas na primeira fase de aplicação da pena, conforme exara o artigo 42 da sobredita lei. Logo, utilizá-lo no terceiro momento constitui violação ao método trifásico previsto no Código Penal, para aplicação da pena.*

Requer, liminarmente, a imposição do regime aberto até o julgamento deste *writ* e no mérito, a concessão da ordem para a aplicação do §4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, fixando o regime aberto para início de cumprimento e a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional,

Superior Tribunal de Justiça

somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde as pretensões trazidas, da concessão da ordem para a aplicação do §4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, fixando o regime aberto para início de cumprimento e a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, são de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator